



526  
PROPOSTA Nº /2016

**ASSUNTO:** Aprovar submeter à Assembleia Municipal a autorização para repartição do encargo para o ano económico de 2017, e a emissão de autorização prévia para assunção de compromisso para o mesmo ano, no âmbito da abertura do procedimento por Concurso Público, para "aquisição e montagem de dois sistemas de armazenamento automatizado vertical" (Proc. 20468/CML/16).

**PELOURO:** Frota - Vereador Duarte Cordeiro

**SERVIÇO:** DMHU/DRMM

**Considerando que:**

1. Existe a necessidade de reformulação do espaço ocupado pelo armazém do DRMM, no sentido de garantir a transferência dos serviços da DMHU atualmente instalados na Boavista para o Polo dos Olivais;
2. Não existe espaço alternativo com capacidade equivalente para colocar o atual armazém;
3. Com a referida transferência dos serviços e a respetiva reformulação dos espaços atualmente utilizados como armazém, efetuar-se-á uma redução deste de 500 m<sup>2</sup> para 50 m<sup>2</sup>;
4. Com a instalação dos dois equipamentos verticais de armazenamento permitir-se-á a redução para 10% do espaço atualmente ocupado com a arrumação de todo o material;
5. Ao reduzir a área de ocupação, permitir-se-á a deslocação do armazém para um local de maior proximidade da oficina, otimizando o serviço de requisição e entrega de material;
6. Se trata de um investimento de beneficiação, através do qual garantir-se-á uma melhor eficiência e uma melhoria na gestão dos recursos logísticos e humanos;
7. A abertura de procedimento relativo a despesas que dêem lugar a um encargo orçamental em ano económico diferente daquela, não pode ser efetivada sem prévia autorização do órgão deliberativo, Assembleia Municipal, nos termos do artigo 22.º, n.ºs 1 e 6 do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, que se mantém em vigor por força do artigo 14.º, n.º 1, alínea f) do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro;



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

8. A despesa inerente a este procedimento de formação contratual dá lugar a um encargo orçamental no ano económico de 2017, não estando prevista em Plano Plurianual;

9. Não obstante, foi dado cumprimento ao disposto no Regulamento do Orçamento de 2016 designadamente no artigo 9º, no sentido das repartições de encargos propostas no período de agosto a dezembro serem objeto de parecer da DMF quanto à sua previsão no Orçamento para 2017;

**TENHO A HONRA DE PROPOR QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA DELIBERE:**

Submeter à Assembleia Municipal a prévia autorização para repartição do encargo para o ano económico de 2017, ao abrigo das disposições conjugadas do artigo 24.º e das alíneas dd) e ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e dos n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, bem como a emissão de autorização prévia para assunção de compromisso em relação ao mesmo ano económico, nos termos da alínea c) do nº1 do artigo 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, com a redação dada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março, no âmbito da abertura do procedimento por Concurso Público, para "Aquisição e montagem de dois sistemas de armazenamento automatizado vertical" (Proc. 20468/CML/16), limitado ao valor máximo de 190.000,00€ (cento e noventa mil euros), acrescido do IVA à taxa legal de 23%, no valor de 43.700,00€ (quarenta e três mil e setecentos euros), totalizando o valor de 233.700,00€ (duzentos e trinta e três mil e setecentos euros).

A despesa classifica-se na rubrica orçamental 07.01.10.01 da AP A2.P008.01 (40717) da orgânica L17.02, com os valores seguintes:

ANO	Valor sem IVA	Valor IVA (23%)	Valor Total
2017	190.000,00	43.700,00 €	233.700,00 €

Paços do Concelho, aos 6 de Outubro de 2016

O Vereador

Duarte Cordeiro



**CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA**

**Direção Municipal de Higiene Urbana  
Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica**

**DACM**  
*Prop. n.º* 526 / 2016  
*Fis.* \_\_\_\_\_

**CONCURSO PÚBLICO**

**AQUISIÇÃO E MONTAGEM DE DOIS SISTEMAS DE ARMAZENAMENTO AUTOMATIZADO VERTICAL**

Processo n.º     /CP/DA/CCM/2016

**PROGRAMA DO PROCEDIMENTO**



## CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

Direção Municipal de Higiene Urbana  
Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica

### Índice do Programa do Procedimento

Objeto do Concurso .....	4
Entidade adjudicante.....	4
Órgão que tomou a decisão de contratar.....	4
Consulta e obtenção das peças do procedimento .....	4
Esclarecimentos e retificações das peças do procedimento.....	5
Erros e omissões do caderno de encargos.....	5
Concorrentes .....	5
Proposta e seus elementos .....	6
Modo de apresentação das propostas.....	6
Documentos que constituem a proposta .....	7
Visitas às instalações.....	7
Apresentação de propostas variantes .....	7
Preço anormalmente baixo.....	7
Prazo para apresentação de propostas .....	8
Prazo da obrigação de manutenção das propostas .....	8
Critério de adjudicação .....	8
Abertura de propostas .....	8
Esclarecimentos sobre as propostas .....	9
Análise das propostas e relatório preliminar .....	9
Audiência prévia .....	9
Relatório final e adjudicação .....	9
Notificação da decisão de adjudicação.....	10
Documentos de habilitação do adjudicatário .....	10
Outorga do contrato .....	10
Despesas e encargos .....	11
Impugnações administrativas.....	11
Prevalência .....	11
Legislação aplicável.....	11
MINUTA DA PROPOSTA.....	12
MODELO DE DECLARAÇÃO.....	13
MODELO DE DECLARAÇÃO.....	15
CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO .....	16



## **CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA**

**Direção Municipal de Higiene Urbana  
Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica**

<b>CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DOS EQUIPAMENTOS .....</b>	<b>18</b>
--	-----------



## CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

Direção Municipal de Higiene Urbana  
Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica

DACM  
Prop. n.º 56/2016  
Fls. \_\_\_\_\_

### PROGRAMA DO PROCEDIMENTO

#### Artigo 1.º Objeto do Concurso

O presente concurso público tem por objeto a **"aquisição e montagem de dois sistemas de armazenamento automatizado vertical"**, nos termos do preceituado na alínea b) do n.º 1) do artigo 16.º do Código dos Contratos Públicos (doravante designado por CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na redação que lhe foi dada pela Declaração de Retificação n.º 18-A/2008, de 28/03, pela Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, pelo Decreto-Lei n.º 278/2009, de 2 de outubro, pela Lei n.º 3/2010, de 27 de abril, pelo Decreto-Lei n.º 131/2010, de 14 de dezembro, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30/12, e pelo Decreto-Lei n.º 149/2012, de 12/07 e pelo Decreto-Lei n.º 214-G/2015, de 2 de outubro.

#### Artigo 2.º Entidade adjudicante

1.A entidade adjudicante é o Município de Lisboa, através da Direção Municipal de Higiene Urbana – Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica, sito na Av. Infante D. Henrique, Lote 1, 1800-220 Lisboa, sendo o concurso realizado através da Central de Compras Municipal do Departamento de Aprovisionamentos, sito no Campo Grande, n.º 25 – 9.º Piso - Bloco – A, 1749 – 099 Lisboa, com o endereço eletrónico: [dmf.da.ccm@cm-lisboa.pt](mailto:dmf.da.ccm@cm-lisboa.pt).

2.O presente procedimento processa-se, integralmente, através da plataforma eletrónica de contratação pública «acinGov», com o seguinte endereço: <http://www.acingov.pt>.

3.Nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 32.º da Lei n.º 96/2015 de 17 de agosto, a entidade adjudicante Contraente Público e a empresa gestora da plataforma "acinGov" apenas respondem pelos impedimentos de ordem técnica no acesso à plataforma eletrónica que lhes sejam imputáveis, que sejam imputáveis ao sistema em que a plataforma opera ou à própria plataforma.

#### Artigo 3.º Órgão que tomou a decisão de contratar

A decisão de contratar foi tomada por despacho do Senhor Vice Presidente, Duarte Cordeiro, datado de \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 20\_\_\_\_, exarado na informação n.º \_\_\_\_/DMHU/DRMM/DMF/\_\_\_\_ proferido ao abrigo das competências que lhe foram delegadas e subdelegadas pelo Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, através do Despacho n.º 42/P/2015, de 21/05, publicado no Boletim Municipal n.º 1110, de 21 de maio de 2015, com as alterações do Despacho n.º 142/P/2015, publicado no 2.º Suplemento ao Boletim Municipal n.º 1139, de 17 de dezembro, em cumprimento do disposto no n.º 1, do artigo 18.º, e do artigo 29.º, ambos do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, do n.º 1, do artigo 36.º, e do artigo 109.º, ambos do CCP.

#### Artigo 4.º Consulta e obtenção das peças do procedimento

1.O presente Programa do Procedimento, o Caderno de Encargos e seus Anexos poderão ser consultados na Central de Compras Municipal do Departamento de Aprovisionamentos, sito no Edifício Central do Município, Campo Grande n.º 25, 9.º Piso, Bloco A, 1749-099 Lisboa, com o endereço de correio eletrónico: [dmf.da.ccm@cm-lisboa.pt](mailto:dmf.da.ccm@cm-lisboa.pt), desde o dia da publicação do anúncio até ao termo do prazo para apresentação das propostas, nos termos do artigo 133.º, n.º 1, do CCP.

2. O presente Programa do Procedimento, o Caderno de Encargos e seus anexos encontram-se patentes na plataforma eletrónica "acinGov", desde a data da publicação do anúncio até ao termo do prazo para apresentação das propostas.

3. O acesso à referida plataforma eletrónica é gratuito e permite efetuar a consulta e o "download" das peças do procedimento.

4. Para ter acesso à plataforma "acinGov", o interessado deverá aceder ao endereço eletrónico <http://www.acingov.pt>, carregar no separador "Aderir" e preencher o formulário de adesão;

5. Após o preenchimento do formulário de adesão, o interessado deverá remeter esse formulário, bem como os documentos nele identificados, para os Serviços da Plataforma Eletrónica "acinGov". A validação dos documentos de adesão é efetuada no prazo máximo de 72 horas úteis, após a receção dos documentos.

6. As dúvidas surgidas no preenchimento do referido formulário, devem ser esclarecidas pelo Serviço de Apoio ao Cliente, através do endereço eletrónico: [apoio@acingov.pt](mailto:apoio@acingov.pt) ou do contacto telefónico número 707 451 451;



## **CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA**

### **Direção Municipal de Higiene Urbana Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica**

7. Os eventuais interessados no procedimento apenas adquirem essa posição, nomeadamente para efeito de comunicações e notificações relativas à fase de formação do contrato, após efetuar o registo na plataforma, nos termos do n.º 4, deste artigo.

#### **Artigo 5.º**

##### **Esclarecimentos e retificações das peças do procedimento**

1. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento são da competência do Júri nomeado para efeitos deste concurso.
2. Os interessados podem apresentar pedidos de esclarecimento ao Júri do procedimento, através da plataforma eletrónica "acinGov" dentro do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.
3. Os esclarecimentos a que se refere o número 1 serão disponibilizados na plataforma eletrónica de contratação pública e juntos às peças do procedimento que se encontram patentes para consulta, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para apresentação das propostas, atento o disposto no artigo 50.º, n.º2 do CCP
4. O órgão competente para a decisão de contratar poderá, oficiosamente, proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento, e efetuar quaisquer esclarecimentos, nos termos e no prazo previstos no n.º 3 do presente artigo.
5. A prestação de esclarecimentos ou a retificação das peças do procedimento para além do prazo referido no n.º 3 deste artigo determinará, a prorrogação do prazo para a apresentação de propostas.
6. Os esclarecimentos e as retificações fazem parte integrante das peças do procedimento e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

#### **Artigo 6.º**

##### **Erros e omissões do caderno de encargos**

1. Até ao termo do quinto sexto do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados devem apresentar ao órgão competente para a decisão de contratar, na plataforma eletrónica "acinGov", uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões do caderno de encargos detetados e que digam respeito a:
  - a) Aspectos ou dados que se revelem desconformes com a realidade;
  - b) Espécie ou quantidade de prestações estritamente necessárias à integral execução do objeto do contrato a celebrar; ou,
  - c) Condições técnicas de execução do objeto do contrato a celebrar que o interessado não considere exequíveis.
2. A apresentação da lista referida no número anterior, por qualquer interessado, suspende o prazo fixado para a apresentação das propostas desde o termo do quinto sexto daquele prazo até à publicitação da decisão prevista no n.º 4 do presente artigo ou, não havendo decisão expressa, até ao termo do mesmo prazo.
3. A suspensão prevista no número anterior pode ser mantida pelo órgão competente para a decisão de contratar por um período único de, no máximo, mais 60 (sessenta) dias contínuos, o qual não pode ser sujeito a prorrogação
4. Até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, ou no caso previsto no número anterior, até ao termo do período de manutenção da suspensão daquele prazo, o órgão competente para a decisão de contratar deve pronunciar-se sobre os erros e as omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que não sejam por ele expressamente aceites.
5. Os erros e as omissões aceites nos termos do número anterior, determina a identificação, pelo órgão competente para a decisão de contratar, dos termos do suprimimento daqueles.
6. As listas com a identificação dos erros e das omissões detetados pelos interessados, bem como as decisões previstas nos n.ºs 3 a 5 do presente artigo, são publicitadas na plataforma eletrónica «acinGov», pela entidade adjudicante e juntas às peças procedimentais, devendo todos aqueles que tenham adquirido as peças do procedimento, serem imediatamente notificados daquele facto.

#### **Artigo 7.º**

##### **Concorrentes**

1. É concorrente a entidade, pessoa singular ou coletiva, que participa em qualquer procedimento de formação de um contrato mediante a apresentação de uma proposta.



## CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

Direção Municipal de Higiene Urbana  
Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica

2. Podem ser concorrentes agrupamentos de pessoas singulares ou coletivas, qualquer que seja a atividade por elas exercida, sem que entre as mesmas exista qualquer modalidade jurídica de associação e desde que todas as empresas do agrupamento possuam condições legais adequadas ao exercício da atividade.
3. Os membros de um agrupamento concorrente não podem concorrer no mesmo procedimento, nem integrar outro agrupamento concorrente. Todos os membros de um agrupamento concorrente são solidariamente responsáveis, perante a entidade adjudicante, pela manutenção da proposta.
4. Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento concorrente, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, numa única entidade ou consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária.
5. Não podem ser concorrentes ou integrar qualquer agrupamento, as entidades que se encontrem em alguma das situações previstas no artigo 55.º do CCP.

### Artigo 8.º

#### Proposta e seus elementos

1. A proposta é a declaração pela qual o concorrente manifesta a sua vontade de contratar e o modo pelo qual se dispõe a fazê-lo.
2. Na proposta os concorrentes devem indicar todos os elementos solicitados, devendo para o efeito considerar todas as condições e informações constantes do presente programa do procedimento, caderno de encargos e demais documentação anexa.
3. A proposta deve ser assinada pelo concorrente ou seus representantes.
4. No caso de agrupamento, a proposta deve ser assinada pelo representante comum dos membros que o integram, ou não existindo representante comum, por todos os seus membros ou respetivos representantes.

### Artigo 9º

#### Modo de apresentação das propostas

1. Os documentos que constituem as propostas são apresentados através da plataforma eletrónica, até ao termo do prazo fixado no presente Programa do Procedimento.
2. A proposta será elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo I ao Programa do Procedimento (Minuta da Proposta)
3. O preço da proposta será expresso em euros, por extenso e algarismos, e não incluirá o IVA, devendo o concorrente indicar a taxa legal aplicável. Em caso de divergência, prevalece o preço indicado por extenso.
4. Os concorrentes deverão obrigatoriamente apresentar proposta para a totalidade dos bens e das operações de reparação, que constituem o objeto do presente procedimento.
5. As propostas, assim como todos os documentos carregados na plataforma eletrónica "acinGov" **devem ser assinados eletronicamente mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada que permita atestar os poderes de representação** nos termos da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
6. Nos documentos eletrónicos com ficheiros compactados em formato "ZIP" ou equivalente, a aposição de uma assinatura eletrónica qualificada deve ocorrer em cada um dos documentos eletrónicos que os constituem, assegurando-lhes nos termos da Lei essa forma a força probatória de documento particular assinado, sob pena de causa de exclusão da proposta nos termos do artigo 146.º do CCP.
7. Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve a entidade interessada submeter à plataforma eletrónica um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante.
8. Nos termos do disposto nos artigos 68.º a 70º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, cabe ao concorrente codificar a proposta, apresentando a sua identificação ou a de cada membro do agrupamento concorrente, bem como, preencher o formulário principal.
9. O requisito a respeitar pelos Concorrentes para os títulos dos ficheiros das propostas é o seguinte: Devem incluir a alínea predefinida no Artigo 10.º do Programa de Procedimento relativa ao documento a que respeita.
10. Quando algum documento se encontre disponível na Internet, o concorrente pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar à entidade adjudicante o endereço do sítio onde aquele pode ser consultado, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítios, e os documentos deles constantes, estejam redigidos em língua portuguesa.
11. Em caso de dúvida fundada sobre o conteúdo ou autenticidade dos documentos que constituem a proposta, apresentados diretamente na plataforma eletrónica de contratação pública "acinGov", pode a entidade adjudicante exigir ao concorrente a apresentação dos originais de quaisquer documentos cuja reprodução tenha sido apresentada.





## CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

Direção Municipal de Higiene Urbana  
Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica

### Artigo 10.º

#### Documentos que constituem a proposta

1. A proposta é constituída pelos seguintes documentos:

- a. **Declaração do concorrente** de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo previsto na alínea a) do n.º 1 do artigo 57º do Código dos Contratos Públicos (correspondente ao **Anexo II – Modelo de Declaração**) constante do presente Programa do Procedimento, do qual faz parte integrante. Esta declaração deve ser assinada pelo concorrente ou por representante com poderes para o obrigar;
- b. **Proposta contratual** elaborada de acordo com o modelo em **Anexo I (Minuta da Proposta)** com a indicação do preço total, que terá de ser inferior ao preço máximo definido nos termos do número 1 da cláusula 1.ª do Caderno de Encargos, sob pena de exclusão da proposta, por inaceitabilidade da mesma;
- c. **Documentos que contenham os esclarecimentos justificativos** da apresentação de um preço anormalmente baixo, quando aplicável, de acordo com o previsto na al. d) do n.º 1 do art.º 57º. do CCP;
- d. **Descrição técnica, incluindo marca e modelo dos equipamentos propostos**, acompanhado do preenchimento integral da ficha de características técnicas de acordo com o modelo - **Anexo V**
- e. **Lay-out** do fornecimento proposto – Desenhos técnicos dos equipamentos inseridos nas bases fornecidas pela entidade adjudicante em formato cad, conforme Anexo II de caderno de encargos.
- f. Documento que indique o preço para plano de manutenção anual e suas condições - que inclua manutenção preventiva dos equipamentos, bem como condições de manutenção curativa, com indicação do preço horário da mão-de-obra, o prazo máximo de resposta a pedidos de assistência, e o desconto a aplicar nas peças sobressalentes originais da marca.
- g. **Identificação e contacto do(s) elemento(s) responsável(eis)** por parte do concorrente perante a entidade adjudicante, bem como, o horário de funcionamento dos serviços responsáveis pelo fornecimento dos bens objeto do presente concurso público;
- h. Quaisquer outros documentos que o concorrente apresente por os considerar indispensáveis.

2. A plataforma eletrónica disponibiliza aos concorrentes um formulário específico para preenchimento, o qual constitui a base da informação a enviar posteriormente ao portal único dos contratos públicos.

3. Quando a proposta for apresentada por um agrupamento concorrente, a declaração referida na alínea a) do n.º 1 do presente artigo deve ser assinada nos termos do n.º 4 do artigo 8º do presente Programa de Procedimento.

4. Os documentos que integram a proposta não podem ser redigidos em língua estrangeira, se escritos em língua estrangeira, devem ser acompanhados da correspondente tradução em língua portuguesa, a qual pode ser feita por notário português, pelo respetivo consulado, ou ainda, por tradutor idóneo que sob juramento ou compromisso de honra, afirme perante notário ou advogado ser fiel à tradução.

5. Se aplicável, no caso de agrupamento de concorrentes, devem ser apresentados os instrumentos de mandato, emitido por cada uma das entidades que o compõem, designando um representante comum para praticar todos os atos no âmbito do concurso.

### Artigo 11.º

#### Visitas às instalações

1. O local de instalação dos sistemas de armazenamento bem como dos equipamentos a fornecer pode ser visitado na cidade de Lisboa na seguinte morada: Avenida Infante D. Henrique, Lote 1, 1800-220 Lisboa.

2. A fim de inteirar-se das condições que entendam poder influir no modo de execução das prestações objeto do contrato e confirmar os dados e elementos disponibilizados pela entidade adjudicante, os interessados podem antes do termo do primeiro terço do prazo de apresentação de propostas, solicitar a marcação prévia de visita ao local indicado no n.º 1. do presente artigo, mediante requerimento dirigido à entidade adjudicante, através da plataforma eletrónica "acinGov", com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis, com vista a permitir que quaisquer pedidos de esclarecimentos formulados pelos interessados, incluam as eventuais dúvidas decorrentes da visita.

### Artigo 12.º

#### Apresentação de propostas variantes

Não é permitida a apresentação de propostas variantes ou propostas que alterem as cláusulas do presente procedimento.

### Artigo 13.º

#### Preço anormalmente baixo



## **CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA**

**Direção Municipal de Higiene Urbana  
Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica**

Para efeitos do disposto na alínea d) do n.º 1 do art.º 57º do Código dos Contratos Públicos, considera-se que o preço total resultante de uma proposta é anormalmente baixo quando seja 50% ou mais inferior ao preço base fixado na Cláusula 1ª do Caderno de Encargos.

### **Artigo 14.º**

#### **Prazo para apresentação de propostas**

1. As propostas e os documentos que as acompanham devem ser apresentados diretamente pelos concorrentes ou seus representantes, através da plataforma eletrónica "acinGov", até às **19 horas do dia \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2016**.
2. A receção das propostas é registada com referência às respetivas data e hora, sendo entregue aos concorrentes um recibo eletrónico comprovativo dessa receção.
3. A data limite fixada pode, a pedido dos interessados e em casos devidamente fundamentados, ser prorrogada por prazo adequado quando o Programa do Procedimento, o Caderno de Encargos ou os esclarecimentos solicitados não possam ser fornecidos nos prazos estabelecidos para o efeito.
4. A prorrogação de prazo prevista no número anterior beneficiará todos os interessados.
5. As propostas, uma vez recebidas, podem ser retiradas desde que tal vontade seja manifestamente expressa pelo concorrente à entidade adjudicante. A retirada da proposta não prejudica o direito de apresentação de nova proposta dentro do prazo inicialmente fixado.

### **Artigo 15.º**

#### **Prazo da obrigação de manutenção das propostas**

É de 150 (cento e cinquenta) dias o prazo da obrigação da manutenção das propostas.

### **Artigo 16.º**

#### **Critério de adjudicação**

1. A adjudicação será feita segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa para a entidade adjudicante, nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 74 do Código dos Contratos Públicos, de acordo com o modelo de avaliação constante do Anexo IV (Modelo de Avaliação das Propostas) ao presente Programa de Procedimento, que dele faz parte integrante.
2. Em caso de empate, será considerada a proposta que obtenha melhor classificação, sucessivamente, no fator "Preço global de fornecimento", no fator "Prazo de entrega do fornecimento", e, por último, no fator "Prazo de garantia".
3. Em caso de subsistência do empate, a adjudicação é feita à proposta que for selecionada na sequência de sorteio presencial, nos termos e na data, hora e local a definir pelo júri, os quais serão transmitidos aos concorrentes, mediante notificação genérica da Plataforma eletrónica, "acinGov".

### **Artigo 17.º**

#### **Abertura de propostas**

1. O júri do procedimento, às **10 horas do dia útil, imediato, ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas**, procede à **publicitação da lista dos concorrentes** na plataforma eletrónica «acinGov», utilizada pela entidade adjudicante.
2. Mediante a atribuição de um login e de uma palavra-passe aos concorrentes incluídos na lista, é facultada a consulta, diretamente na plataforma eletrónica referida no número anterior, de todas as propostas apresentadas.
3. O interessado que não tenha sido incluído na lista dos concorrentes pode reclamar desse facto, no prazo de 3 (três) dias contados da publicitação da lista, devendo para o efeito apresentar comprovativo da tempestiva apresentação da sua proposta.
4. Caso a reclamação prevista no número anterior seja deferida, mas não se encontre a proposta do reclamante, o júri do procedimento fixa-lhe um prazo para a apresentar, sendo aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto nos números 1 e 2 do presente artigo.



## **CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA**

**Direção Municipal de Higiene Urbana  
Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica**

### **Artigo 18.º**

#### **Esclarecimentos sobre as propostas**

1. O júri do procedimento pode pedir aos concorrentes esclarecimentos sobre as propostas considerados necessários para efeitos de análise e avaliação das mesmas.
2. Os esclarecimentos prestados pelos respetivos concorrentes fazem parte integrante das mesmas, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem, não alterem ou completem os respetivos atributos, nem visem suprir omissões que determinam a sua exclusão nos termos do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 70.º do Código dos Contratos Públicos.
3. Os esclarecimentos referidos no número anterior são disponibilizados na plataforma eletrónica "acinGov", devendo todos os concorrentes ser imediatamente notificados desse facto.

### **Artigo 19.º**

#### **Análise das propostas e relatório preliminar**

1. O júri do procedimento analisa as propostas em todos os seus atributos representados pelos fatores que densificam o critério de adjudicação, previsto no artigo 16º do Programa do Procedimento, propondo, fundamentadamente, a exclusão das propostas:
  - a) Que tenham sido apresentadas depois do termo fixado para a sua apresentação;
  - b) Que sejam apresentadas por concorrentes em violação do disposto no n.º 2 do artigo 54.º do CCP;
  - c) Que sejam apresentadas por concorrentes relativamente aos quais ou, no caso de agrupamentos concorrentes, relativamente a qualquer dos seus membros, a entidade adjudicante tenha conhecimento que se verifica alguma das situações previstas no artigo 55.º do CCP;
  - d) Que não sejam constituídas por todos os documentos exigidos nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 57.º do CCP.
  - e) Que não cumpram o disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º ou nos n.ºs 1 e 2 do artigo 58.º do CCP;
  - f) Que sejam apresentadas como variantes;
  - g) Que violem o disposto no n.º 7 do artigo 59.º do CCP;
  - h) Que não observem as formalidades do modo de apresentação das propostas fixadas nos termos do disposto no artigo 62.º do CCP;
  - i) Que sejam constituídas por documentos falsos ou nas quais os concorrentes prestem culposamente falsas declarações;
  - j) Que sejam apresentadas por concorrentes em violação do disposto nas regras referidas no n.º 4 do artigo 132.º do CCP, desde que o programa de procedimento assim o preveja expressamente;
  - k) Cujas análises revele alguma das situações previstas no n.º 2 do artigo 70.º do CCP;
  - l) Que violem o disposto nas regras do presente programa do procedimento;
  - m) Que não contenham algum documento exigido no presente programa de procedimento ou apresentando todos, algum ou alguns deles não cumpram com o estipulado, nomeadamente omitindo dados ou contrariando o exigido.
2. Após a análise das propostas, e a aplicação do critério de adjudicação constante do Programa do Procedimento, o júri do procedimento, elabora fundamentadamente um relatório preliminar, no qual deve constar referência aos esclarecimentos prestados pelos concorrentes, nos termos do disposto no artigo 72º do CCP e propor a ordenação das mesmas.

### **Artigo 20.º**

#### **Audiência prévia**

Elaborado o relatório preliminar, o júri procede à audiência prévia dos concorrentes por meio da plataforma eletrónica "acinGov", para que num prazo de 5 dias úteis se pronunciem sobre o mesmo

### **Artigo 21.º**

#### **Relatório final e adjudicação**

1. Efetuada a audiência prévia, o júri elabora um relatório final fundamentado, no qual pondera as observações dos concorrentes efetuadas ao abrigo do direito de audiência prévia, mantendo ou modificando o teor e as conclusões do relatório preliminar, podendo ainda propor a exclusão de qualquer proposta se verificar, nesta fase, a ocorrência de qualquer dos motivos previstos no n.º 2 do artigo 146.º do CCP.



## **CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA**

**Direção Municipal de Higiene Urbana  
Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica**

2. No caso previsto na parte final do número anterior, bem como quando do relatório final resulte uma alteração da ordenação das propostas constante do relatório preliminar, o júri procede a nova audiência prévia, nos termos previstos no artigo anterior, sendo subsequentemente aplicável o disposto no número anterior.
3. O relatório final, juntamente com os demais documentos que compõem o processo de concurso, é enviado ao órgão competente para a decisão de contratar.
4. Cabe ao órgão competente para a decisão de contratar decidir sobre a aprovação de todas as propostas contidas no relatório final, nomeadamente para efeitos de adjudicação.

### **Artigo 22.º**

#### **Notificação da decisão de adjudicação**

1. A decisão de adjudicação é notificada, em simultâneo, a todos os concorrentes.
2. Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, o órgão competente para a decisão de contratar deve notificar o adjudicatário para:
  - a) Apresentar os documentos de habilitação exigidos nos termos do disposto no artigo 81.º; do CCP.
  - b) Confirmar no prazo para o efeito fixado, se for o caso, os compromissos assumidos por terceiras entidades relativo a atributos ou a termos ou condições da proposta adjudicada.
3. As notificações referidas nos números anteriores devem ser acompanhadas do relatório final de análise das propostas.

### **Artigo 23º**

#### **Documentos de habilitação do adjudicatário**

1. O adjudicatário deve entregar, na plataforma eletrónica, "acinGov", no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da decisão de adjudicação, os documentos de habilitação referidos nos n.ºs 1 e 4 do artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos (CCP).
2. Sempre que, se verifique um facto que determine a caducidade da adjudicação, é concedido ao adjudicatário um prazo de 5 dias, nos termos previstos no n.º 2 do artigo 86.º do referido CCP, para que se pronuncie, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.
3. Quando, pela sua própria natureza ou origem, os documentos de habilitação estiverem redigidos em língua estrangeira, deve o adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.
4. O prazo a conceder pela entidade adjudicante para supressão de irregularidades, por facto que não seja imputável ao adjudicatário, detetadas nos documentos apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação, nos termos no disposto no artigo 86.º, n.º 3 do CCP, será de 10 dias úteis, a contar da data da notificação.
5. Os documentos deverão ser apresentados através da plataforma eletrónica "acinGov" dentro do prazo fixado, sob pena de, não o sendo por facto que seja imputável ao adjudicatário, a adjudicação caducar.
6. No caso de a plataforma eletrónica "acinGov" se encontrar indisponível, e apenas nesta situação, para efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 83.º do CCP, os documentos de habilitação devem ser enviados, para o seguinte endereço eletrónico [dmhu.drmm@cm-lisboa.pt](mailto:dmhu.drmm@cm-lisboa.pt), com exclusão de qualquer outro.
7. Quando os documentos a que se referem os números que antecedem, se encontrarem disponíveis na Internet, poderá o adjudicatário em substituição do modo de apresentação previsto no número 4, indicar à CML o endereço do sítio onde aqueles podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que o referido sítio e documentos dele constantes estejam redigidos em língua portuguesa

### **Artigo 24.º**

#### **Retenção de pagamentos**

A prestação de caução não é exigível nos termos do n.º 2 do art.º 88.º do CCP. No entanto, nos termos do n.º 3 do artigo atrás mencionado, serão retidos 10% do(s) pagamento(s) referente a cada fatura para garantia do exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais que assume essa celebração.

### **Artigo 25.º**

#### **Outorga do contrato**



## **CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA**

**Direção Municipal de Higiene Urbana  
Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica**

Os contratos resultantes do presente procedimento serão reduzidos a escrito em data conveniente para as duas partes no prazo de 30 (trinta) dias após a aceitação da minuta pelo adjudicatário.

### **Artigo 26º Despesas e encargos**

1. Constituem encargos dos concorrentes, as despesas inerentes à elaboração das respetivas propostas.
2. São ainda de conta do adjudicatário, as despesas e encargos inerentes à celebração do contrato e à prestação da caução, quando aplicável.

### **Artigo 27º Impugnações administrativas**

As impugnações administrativas dos atos pré-contratuais – decisões administrativas e peças do procedimento – deverão ser apresentadas na plataforma eletrónica de contratação pública “acinGov”.

### **Artigo 28.º Prevalência**

As normas do programa do procedimento prevalecem sobre quaisquer indicações constantes dos anúncios com elas desconformes.

### **Artigo 29º Legislação aplicável**

A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente programa do procedimento aplica-se o regime previsto no Código de Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual, atentas as alterações introduzidas pela declaração de retificação n.º 18-A/2008 de 28 de março, Lei n.º 59/2008 de 11 de setembro, Decreto-Lei n.º 278/2009, de 02 de outubro, Lei n.º 3/2010, de 27 de abril, Decreto-Lei 131/2010, de 14 de dezembro, Lei n.º 64-B/2011, de 30/12, Decreto-Lei n.º 149/2012 de 12 de julho, pelo Decreto-Lei n.º 214-G/2015, de 2 de outubro e demais legislação complementar.



## CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

Direção Municipal de Higiene Urbana  
Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica

DACM  
Prop. n.º 86 / 26  
Fls. \_\_\_\_\_

### ANEXO I

#### MINUTA DA PROPOSTA

\_\_\_\_\_ (indicar nome ou denominação social, estado, profissão e morada ou sede), depois de ter tomado conhecimento do objeto do concurso público para **aquisição e montagem de dois sistemas de armazenamento automatizado vertical**, a que se refere o anúncio datado de \_\_\_\_\_, obriga-se a fornecer e montar todos os bens que o constituem, em conformidade com os documentos do concurso, pelo:

**Preço global do fornecimento:** \_\_\_\_\_ € (por extenso e algarismos), que não inclui o Imposto sobre o Valor Acrescentado.

**Prazo de fornecimento dos bens, em condições de pleno funcionamento:** \_\_\_\_\_ (dias).

**Prazo de garantia do fornecimento:** \_\_\_\_\_ (meses).

**Representante(s) da empresa e endereço(s) de correio electrónico, para efeitos de comunicações e notificações.**

As quantias supramencionadas acrescerão o Imposto sobre o Valor Acrescentado à taxa legal em vigor.

Mais declara que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do seu contrato, ao que se achar prescrito na legislação Portuguesa em vigor.

Data .....

Assinatura.....



## CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

Direção Municipal de Higiene Urbana  
Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica

DACM  
Prop. n.º 526, 2016  
Fls. \_\_\_\_\_

### ANEXO II MODELO DE DECLARAÇÃO

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP]

1 — ..... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de <sup>(1)</sup> ..... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de ..... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada <sup>(2)</sup> se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 — Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo <sup>(3)</sup>:

- a) .....
- b) .....

3 — Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 — Mais declara, sob compromisso de honra, que:

a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de atividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respetivo processo pendente;

b) Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional <sup>(4)</sup> [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram condenados por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional <sup>(5)</sup> <sup>(6)</sup>];

c) Não foi objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional <sup>(7)</sup> [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional <sup>(8)</sup> <sup>(9)</sup>];

d) Tem a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) <sup>(10)</sup>;

e) Tem a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) <sup>(11)</sup>;

f) Tenham sido objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, na alínea b) do n.º 1 do artigo 71.º da Lei n.º 19/2012, de 8 de maio, e no n.º 1 do artigo 460.º do presente Código, durante o período de inabilidade fixado na decisão condenatória <sup>(12)</sup>;

g) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 627.º do Código do Trabalho <sup>(13)</sup>;

h) Não foi objeto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) <sup>(14)</sup>;

i) Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por algum dos seguintes crimes <sup>(15)</sup> [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram condenados por alguns dos seguintes crimes <sup>(16)</sup> <sup>(17)</sup>]:

i) Participação em atividades de uma organização criminosa, tal como definida no n.º 1 do artigo 2.º da Ação Comum n.º 98/773/JAI, do Conselho;

ii) Corrupção, na aceção do artigo 3.º do Ato do Conselho de 26 de maio de 1997 e do n.º 1 do artigo 3.º da Ação Comum n.º 98/742/JAI, do Conselho;

iii) Fraude, na aceção do artigo 1.º da Convenção relativa à Proteção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias;

iv) Branqueamento de capitais, na aceção do artigo 1.º da Diretiva n.º 91/308/CEE, do Conselho, de 10 de Junho de 1991, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais;

j) Não prestou, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência.

5 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contra



## CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

Direção Municipal de Higiene Urbana  
Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica

-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 — Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga -se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar a declaração que constitui o anexo II do referido Código, bem como os documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 4 desta declaração.

7 — O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contra -ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

(local), ..... (data), ..... [assinatura <sup>(18)</sup>].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º

(4) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.

(5) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.

(6) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.

(7) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.

(8) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.

(9) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.

(10) Declarar consoante a situação.

(11) Declarar consoante a situação.

(12) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.

(13) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.

(14) Declarar consoante a situação.

(15) Indicar se, entretanto, ocorreu a sua reabilitação.

(16) Indicar se, entretanto, ocorreu a sua reabilitação.

(17) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.

(18) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º





## CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

Direção Municipal de Higiene Urbana  
Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica

### ANEXO III

#### MODELO DE DECLARAÇÃO

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP]

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2):

a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de atividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respetivo processo pendente;

b) Não foi objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (3) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (4)] (5);

c) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, na alínea b) do n.º 1 do artigo 71.º da Lei n.º 19/2012, de 8 de maio, e no n.º 1 do artigo 460.º do presente Código durante o período de inabilidade fixado na decisão condenatória (6);

d) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 627.º do Código do Trabalho (7);

e) Não foi objeto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (8);

f) Não prestou, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem ou falseie as condições normais de concorrência.

2 — O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (9)] os documentos comprovativos de que a sua representada (10) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura (11)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.

(4) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.

(5) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.

(6) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.

(7) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.

(8) Declarar consoante a situação.

(9) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(10) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(11) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º



## CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

Direção Municipal de Higiene Urbana  
Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica

### ANEXO IV

#### CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO

#### MODELO DE AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS

1. A adjudicação será feita à proposta economicamente mais vantajosa, selecionada atendendo aos seguintes fatores e subfactores, e respetiva ponderação, por ordem decrescente da sua importância:

- a) Preço global do fornecimento – 70%;
- b) Prazo de entrega do fornecimento – 20%.
- c) Prazo de garantia do fornecimento – 10%

1.1. A aquisição dos equipamentos será adjudicada à empresa que obtiver a classificação mais elevada.

1.2. Em caso de empate, será considerada a proposta que obtenha melhor classificação, sucessivamente, no fator "Preço global de fornecimento", no fator "Prazo de entrega do fornecimento", e, por último, no fator "Prazo de garantia do fornecimento".

1.3. Persistindo o empate aplicar-se-á o sorteio e a proposta será selecionada na sequência de sorteio presencial, nos termos e na data, hora e local a definir pelo júri, os quais serão transmitidos aos concorrentes, mediante comunicação da Plataforma eletrónica, "acinGov".

A classificação final das propostas resultará da seguinte fórmula:

$$CF = 0,70PG + 0,20PE + 0,10GR$$

Em que:

CF = Classificação final;

PG = Preço global do fornecimento;

PE = Prazo de entrega do fornecimento;

GR= Prazo de garantia do fornecimento.

2 - De modo a permitir a apreciação das propostas admitidas a concurso, em conformidade com o critério de adjudicação fixado, bem como, os respetivos fatores e ponderação a aplicar aos mesmos, ponderados numa escala de 1 a 20, arredondados até à segunda casa decimal, estabelece-se as seguintes pontuações numéricas:

#### a) Preço global do fornecimento (PG) – 70%

Para a avaliação deste fator é considerado um preço global máximo de fornecimento de 190.000€.

Ao Preço global base de 190.000€ é atribuída uma pontuação de 10 valores

Para pontuação dos valores intermédios será aplicada a seguinte expressão matemática:

$$PG = 20 - PGp/19000$$

Em que:

PGp = Preço global do fornecimento, do concorrente em análise.

#### b) Prazo de entrega do fornecimento (PE) – 20%

Para a avaliação deste fator é considerado um prazo máximo de fornecimento de 150 dias.

Para pontuação dos prazos intermédios será aplicada a seguinte expressão matemática:

$$PE = 16,25 - PEp/24$$

Em que:

PEp = Prazo de entrega do fornecimento, indicado na proposta do concorrente em análise.



## **CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA**

**Direção Municipal de Higiene Urbana  
Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica**

**c) Prazo de garantia do fornecimento (GR) – 10%:**

Para a avaliação deste fator é considerado um prazo de garantia mínimo de 12 meses.

Ao Prazo de garantia igual ou superior a 60 meses é atribuído uma pontuação de 20 valores

Para pontuação dos prazos intermédios será aplicada a seguinte expressão matemática:

$$GR = 5/24 \times GR_p + 7,50$$

Em que

GR<sub>p</sub> = Prazo de garantia, em meses, indicado na proposta do concorrente em análise.



## CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

Direção Municipal de Higiene Urbana  
Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica

### ANEXO V CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DOS EQUIPAMENTOS A PREENCHER PELO CONCORRENTE

Características técnicas para o equipamento automático de armazenamento vertical de extração de prateleira a preencher:

Requisitos	Descrição
Capacidade máxima de armazenamento	Indicar em m <sup>3</sup>
Tipo de extractor	Indicar e descrever o tipo de extração e seu movimento.
Quantidade de prateleiras	Indicar as prateleiras a fornecer (não inferior a 77)
Capacidade de carga das prateleiras	Indicar peso específico da capacidade de cada prateleiras considerando que: 72 prateleiras superiores a 275 kgs 5 prateleiras superiores a 475 kgs
Altura do equipamento	Indicar
Largura máxima do equipamento	Indicar
Profundidade máxima do equipamento	Indicar
Profundidade útil das prateleiras	Indicar considerando que: Profundidade máxima deverá ser entre 800 a 825 mm
Largura útil das prateleiras	Indicar considerando que: Largura das prateleiras deverá ser superior a 3.600 mm
Cortinas de segurança para os pontos de acesso	Indicar e descrever as características das cortinas (Piso 0 e piso 1)
Acesso protegido por <i>password</i> ou biométrico	Descrever brevemente o sistema.
Fornecimento de caixas de cartão ou opcionalmente em plástico para armazenamento e picking	Indicar quantas serão fornecidas



## CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

Direção Municipal de Higiene Urbana  
Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica

### Características técnicas para equipamento automático de armazenamento rotativo vertical

Requisitos	Descrição
Capacidade máxima de armazenamento	Indicar em m <sup>3</sup>
Capacidade de carga de cada prateleira simples	Indicar peso específico da capacidade de cada prateleira
Altura do equipamento	Indicar
Largura máxima do equipamento	Indicar
Profundidade máxima do equipamento	Indicar
Profundidade útil das prateleiras	Indicar considerando que: Profundidade deverá ser superior a 600mm
Largura útil das prateleiras	Indicar
Altura entre das prateleiras	Indicar altura de cada prateleira e sua repartição
Acesso protegido por <i>password</i> ou biométrico	Descrever brevemente o sistema.
Fornecimento de conjunto de caixas plásticas para armazenamento e picking	Indicar quantas serão fornecidas

### Características técnicas do software de gestão dos equipamentos automáticos de armazenamento e equipamentos informáticos

Requisitos	Descrição
Interface	Indicar características considerando que : O Interface será por tabela de dados, sem excluir possibilidade de alteração futura
Base de dados e gestão	Indicar caraterísticas e numero de operadores;
Possibilidade de pesquisa dos materiais através de imagem	Indicar se fornecido ou opcional
Controle de scanner	Indicar se fornecido ou opcional
Pc's	2 Pc's a fornecer com as seguintes características:
Impressora	Indicar as impressoras de codigos de barras a fornecer e características
Impressora de código de barras	Indicar as características



DACM  
Prop. n.º 326 / 2016  
Fís.                     

## **CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA**

**Direção Municipal de Higiene Urbana  
Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica**

### **CONCURSO PÚBLICO**

**AQUISIÇÃO E MONTAGEM DE DOIS SISTEMAS DE ARMAZENAMENTO AUTOMATIZADO VERTICAL**

**Processo nº / CP/DA/CCM/2016**

### **CADERNO DE ENCARGOS**



## CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

Direção Municipal de Higiene Urbana  
Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica

### Índice do Caderno de Encargos

Objeto .....	3
Contrato .....	3
Prazo .....	3
Especificações Técnicas .....	4
Obrigações principais do Cocontratante .....	4
Conformidade e operacionalidade dos bens .....	4
Entrega dos bens 4 .....	
Acompanhamento da construção e montagem .....	5
Manutenção .....	5
Assistência Técnica .....	5
Formação do pessoal envolvido .....	5
Objeto do dever de sigilo .....	5
Prazo do dever de sigilo .....	5
Preço contratual 6 .....	
Faturas e Condições de pagamento .....	6
Sanções contratuais .....	6
Força maior .....	7
Resolução por parte do Contraente Público .....	7
Resolução por parte do Cocontratante .....	7
Receção provisória .....	8
Receção definitiva .....	8
Foro competente 8 .....	
Subcontratação e cessão da posição contratual .....	8
Comunicações e notificações .....	8
Contagem dos prazos .....	9
Legislação aplicável .....	9
Condições técnicas do fornecimento .....	10



## **CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA**

**Direção Municipal de Higiene Urbana  
Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica**

### **CADERNO DE ENCARGOS**

#### **Capítulo I**

##### **Disposições gerais**

###### **Cláusula 1.<sup>a</sup>**

###### **Objeto**

1 - O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a **“aquisição e montagem de dois sistemas de armazenamento automatizado vertical”**.

2 - O preço base da presente aquisição é de 190.000,00 € (cento e noventa mil euros) sem IVA incluído.

###### **Cláusula 2.<sup>a</sup>**

###### **Contrato**

1 - O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.

2 - O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:

- a) Os termos do suprimento dos erros e das omissões do Caderno de Encargos, identificados pelos concorrentes, e expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
- b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
- c) O Caderno de Encargos;
- d) A proposta adjudicada;
- e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo Cocontratante.

3 - Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

4 - Em caso de divergência entre os documentos referidos no número 2 da presente Cláusula e o Clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º e aceites pelo Cocontratante nos termos do disposto no artigo 101.º, todos do Código dos Contratos Públicos (doravante designado por CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29/01, na redação que lhe foi dada pela Declaração de Retificação n.º 18-A/2008, de 28/03, pela Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, pelo Decreto-Lei n.º 278/2009, de 2 de outubro, pela Lei n.º 3/2010, de 27 de abril, pelo Decreto-Lei n.º 131/2010, de 14 de dezembro, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30/12, pelo Decreto-Lei n.º 149/2012, de 12/07 pelo Decreto-Lei n.º 214-G/2015, de 2 de outubro.

###### **Cláusula 3.<sup>a</sup>**

###### **Prazo**

1 - O Contrato mantém-se em vigor até à entrega e instalação dos bens, em pleno funcionamento, pelo Cocontratante, ao Contraente Público, em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que perdurarão para além da cessação do Contrato.

2 - O Prazo máximo da entrega e instalação, em pleno funcionamento, dos bens é de 150 dias, a contar da data da celebração do contrato.

#### **Capítulo II**

##### **Obrigações contratuais**

###### **Secção I**

###### **Obrigações do Cocontratante**

###### **Subsecção I**

###### **Disposições gerais**





## **CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA**

**Direção Municipal de Higiene Urbana  
Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica**

### **Cláusula 4.<sup>a</sup> Especificações Técnicas**

1 - O fornecimento deverá ser efetuado em conformidade com o previsto no Anexo I e Anexo II ao presente CE. Todos os equipamentos fornecidos deverão estar em conformidade com as Normas e regulamentos em vigor, assim como o Decreto-lei n.º 103/2008 de 24 de junho.

2 - O fornecimento é chave na mão, a empresa contratada fica obrigada a entrega e instalação dos bens em condições de pleno funcionamento.

### **Cláusula 5.<sup>a</sup> Obrigações principais do Cocontratante**

1 - Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do Contrato decorrem para o de Cocontratante, nomeadamente, as seguintes obrigações principais:

- a. Obrigação de entrega e instalação dos bens identificados na sua proposta;
- b. Obrigação de garantia dos bens;
- c. Obrigação de continuidade de fabrico.

2 - O Cocontratante é ainda responsável, nomeadamente, por:

- a. Cumprir as cláusulas do Contrato e o estabelecido em todos os documentos que dele fazem parte integrante;
- b. Atuar de acordo com a legislação portuguesa;
- c. Cumprir pontualmente todas as disposições regulamentares dos documentos patenteados no procedimento e demais disposições normativas não expressamente referidas, que se encontrem em vigor e que se relacionem com a execução do Contrato;
- d. Respeitar, no que seja aplicável aos trabalhos a realizar e não esteja em oposição com os documentos do Contrato, as normas portuguesas, as especificações e documentos de homologação de organismos oficiais e as instruções de fabricantes ou de entidades detentoras de patentes.

### **Cláusula 6.<sup>a</sup> Requisitos de Segurança e Saúde no Trabalho**

O cocontratante, fica obrigado ao cumprimento de todos os requisitos legais em vigor relativamente à Segurança e Saúde no Trabalho, assim como outros requisitos subscritos pela Câmara Municipal de Lisboa/Direção Municipal de Higiene Urbana, nomeadamente dos definidos no Sistema de Gestão da Segurança e Saúde no Trabalho.

### **Cláusula 7.<sup>a</sup> Conformidade e operacionalidade dos bens**

1 - O Cocontratante, obriga-se a entregar à entidade contratante os bens objeto do contrato com as características, especificações e requisitos técnicos previstos nas Condições Técnicas constantes na cláusula 4.<sup>a</sup> do presente Caderno de Encargos.

2 - Os bens objeto do contrato devem ser entregues em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam e dotados de todo o material de apoio necessário à sua entrada em funcionamento.

3 - É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas no que respeita à conformidade dos bens com o contrato.

4 - O Cocontratante é responsável perante a Câmara Municipal de Lisboa por qualquer defeito ou discrepância dos bens objeto do contrato que existam no momento em que os bens lhe são entregues.

### **Cláusula 8.<sup>a</sup> Entrega dos bens**

1 - Os bens objeto do contrato devem ser entregues e instalados nas instalações do Município de Lisboa, DRMM – Av. Infante D. Henrique Lote 1, Lisboa.

2 - O Cocontratante obriga-se a disponibilizar, simultaneamente com a entrega dos bens objeto do contrato, todos os equipamentos que sejam necessários para a boa e integral utilização e funcionamento daqueles.



## **CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA**

### **Direção Municipal de Higiene Urbana Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica**

3 - Todas as despesas e custos com o transporte e instalação dos bens objeto do contrato e respetivos equipamentos para o local de entrega são da responsabilidade do Cocontratante.

4 - O Cocontratante obriga-se a disponibilizar, simultaneamente com a entrega dos bens objeto do contrato, entrega da documentação infra, em português.

Declaração CE de conformidade dos bens entregues;

Manuais de instruções, manutenção e segurança.

#### **Cláusula 9.ª**

##### **Acompanhamento da construção e montagem**

O Cocontratante facultará o acompanhamento da construção/montagem dos equipamentos, com a obrigação de comunicar previamente o calendário de montagem dos mesmos e de prestar a quem for para o efeito designado pelo Contraente Público, toda a informação necessária.

#### **Cláusula 10.ª**

##### **Manutenção**

O Cocontratante deve ter condições técnicas e materiais para assumir todos os trabalhos de manutenção, preventiva e curativa, dos bens propostos, sempre que para isso sejam solicitados pelos serviços competentes.

#### **Cláusula 11.ª**

##### **Assistência Técnica**

O Cocontratante garantirá a assistência técnica de todo o objeto de fornecimento pelo período mínimo de 10 anos.

#### **Cláusula 12.ª**

##### **Formação do pessoal envolvido**

1 - O Cocontratante será responsável por um programa de formação do pessoal afeto à gestão, operação e manutenção dos equipamentos fornecidos.

2 - O Cocontratante, apresentará antes da finalização da montagem dos equipamentos um programa de formação para os utilizadores dos mesmos, considerando operação e manutenção preventiva básica.

3 - O Cocontratante deverá entregar a cada formando um certificado com o conteúdo programático e o aproveitamento da formação recebida.

#### **Subsecção II**

##### **Dever de sigilo**

#### **Cláusula 13.ª**

##### **Objeto do dever de sigilo**

1 - O Cocontratante deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município de Lisboa – Contraente Público, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.

2 - A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

3 - Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo Cocontratante ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

#### **Cláusula 14.ª**

##### **Prazo do dever de sigilo**

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de dois anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.



## **CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA**

**Direção Municipal de Higiene Urbana  
Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica**

### **Secção II Obrigações do Contraente Público**

#### **Cláusula 15.ª**

##### **Preço contratual**

1 - Pelo fornecimento dos bens objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o Contraente Público deve pagar ao Cocontratante o preço constante da proposta adjudicada, que terá de ser inferior ao preço base fixado no presente Caderno de Encargos, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

2 - O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao Contraente Público, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

#### **Cláusula 16.ª**

##### **Faturas e Condições de pagamento**

1 - Os pagamentos referentes ao objeto do contrato serão faseados e efetuados da seguinte forma:

- 30% do valor da adjudicação com a execução dos trabalhos preparatórios e a entrega dos equipamentos
- 40% com a montagem dos equipamentos;
- 30% Com a entrada em funcionamento dos equipamentos em pleno.

Os referidos pagamentos referentes às fases supramencionadas estão condicionados à elaboração dos respetivos autos de recção.

2 - As faturas objeto do contrato, são entregues de acordo com as solicitações do Contraente Público só podendo ser emitidas após a aceitação da mesma por parte dos respetivos serviços municipais responsáveis - DRMM a que se destina, e devem ser emitidas em nome da Câmara Municipal de Lisboa, Direção Municipal das Finanças (D.M.F.) – Departamento de Contabilidade (D.C.), sito no Edifício Central do Município no Campo Grande, n.º 25 – 8º Bloco A, 1749-099 Lisboa, onde deve constar obrigatoriamente, sob pena de devolução da mesma, o seguinte:

- N.º de Compromisso, sob pena da sua devolução.

3 - As quantias devidas pelo Contraente Público, através do Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica, nos termos das cláusulas anteriores, devem ser pagas no prazo de trinta dias.

4 - Em caso de discordância por parte do Contraente Público, quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao Cocontratante, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando este último, obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

5 - Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas são pagas através de transferência bancária.

### **Capítulo III**

#### **Sanções contratuais e resolução**

#### **Cláusula 17.ª**

##### **Sanções contratuais**

1 - Pelo incumprimento das obrigações emergentes do Contrato, a Câmara Municipal de Lisboa pode exigir do Cocontratante sem prejuízo de indemnização pelo dano excedente, o pagamento de montantes a fixar em função da gravidade do incumprimento.

2 - Pelo incumprimento das datas e prazos de entrega dos bens objeto do Contrato serão aplicadas as seguintes sanções:

- (i) no primeiro período de 10 dias de calendário de atraso, a penalidade será de 1 ‰ (um por mil) do preço final do Contrato por cada dia de atraso;
- (ii) a partir do 11º dia de calendário de atraso, a penalidade será de 2 ‰ (dois por mil) do preço final do Contrato por cada dia de atraso.

3 - Em caso de resolução do contrato por incumprimento do Cocontratante, o Contraente Público pode exigir-lhe uma sanção pecuniária que, no limite, poderá ser igual a 20% do preço final do Contrato.

4 - Ao valor da sanção pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo Cocontratante ao abrigo da alínea a) do n.º 1, relativamente aos serviços cujo atraso na respetiva conclusão tenha determinado a respetiva resolução do contrato.

5 - Na determinação da gravidade do incumprimento, o Contraente Público tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do Cocontratante e as consequências do incumprimento.



## **CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA**

### **Direção Municipal de Higiene Urbana Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica**

6 - O Contraente Público pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as sanções pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.

7 - As sanções previstas na presente disposição terão como limite máximo global 20% (vinte por cento) do Preço Contratual.

8 - As sanções pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o Contraente Público exija uma indemnização pelo dano excedente.

#### **Cláusula 18.ª**

##### **Força maior**

1 - Não podem ser impostas sanções ao Cocontratante, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2 - Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3 - Não constituem força maior, designadamente:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do Cocontratante, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do Cocontratante ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo Cocontratante de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo Cocontratante de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do Cocontratante cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do Cocontratante não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4 - A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5 - A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

#### **Cláusula 19.ª**

##### **Resolução por parte do Contraente Público**

1 - Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, o Contraente pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o Cocontratante violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, sejam obrigações contratuais, obrigações emergentes da Lei, ou de atos administrativos de conformação da relação contratual, designadamente, nos seguintes casos:

- a) Por atraso superior a 90 (noventa) dias ou se, por escrito, o Cocontratante declarar que o atraso respetivo excederá esse prazo.

2 - O direito de resolução, referido no número 1 desta cláusula, exerce-se mediante declaração escrita enviada por correio com aviso de receção ou por meio de transmissão eletrónica (correio eletrónico com aviso de entrega), com aviso prévio de trinta dias contínuos, a contar da verificação da violação da obrigação, nos termos referidos no número anterior.

#### **Cláusula 20.ª**

##### **Resolução por parte do Cocontratante**

1 - Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o Cocontratante pode resolver o contrato quando:

Qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de 180 (cento e oitenta) dias, ou quando o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros.

2 - O direito de resolução é exercido por via judicial, nos termos da Cláusula 18ª do Caderno de Encargos.

3 - Nos casos previstos na alínea a) do nº 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada ao Contraente Público que produz efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.



## **CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA**

### **Direção Municipal de Higiene Urbana Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica**

4 - A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo Cocontratante, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444º do Código dos Contratos Públicos.

#### **Receção Cláusula 21.ª**

##### **Receção provisória**

No ato de concretização de cada fase, será elaborado um auto de recção provisória, parcial. Concluído o fornecimento, proceder-se-á, nos termos legais, à sua vistoria e, reconhecendo-se que o equipamento fornecido está de acordo com as condições exigidas, lavrar-se-á o respetivo auto, o qual, depois de aprovado, constituirá auto de receção provisória.

1. Se na vistoria se verificar que o fornecimento não satisfaz ou não se acha nas condições estabelecidas, não será ele recebido, o que constará de auto que se lavrará e o cocontratante ficará obrigado a proceder, no prazo que lhe for indicado, à substituição dos elementos defeituosos e aos trabalhos necessários para eliminar todos os defeitos, e só depois de outra vistoria, se se verificar que todo o equipamento se encontra nas condições devidas, se procederá à receção provisória.

2. Para efeitos da vistoria referida no ponto 1., o cocontratante efetuará todos os ensaios e demonstrações compatíveis com as características do equipamento que a comissão de receção julgar necessários para verificação das características do material fornecido, seu funcionamento, segurança e robustez.

#### **Cláusula 22.ª Receção definitiva**

A receção definitiva ocorrerá após a realização dos testes previstos na cláusula anterior; no entanto, se se verificar que o fornecimento não satisfaz ou não se apresenta em bom estado, não será ele recebido, procedendo-se, com as devidas adaptações, de acordo com o ponto 1. da cláusula anterior e com a legislação em vigor sobre a matéria.

### **Capítulo IV Resolução de litígios**

#### **Cláusula 23.ª Foro competente**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.

### **Capítulo V Disposições finais**

#### **Cláusula 24.ª Subcontratação e cessão da posição contratual**

1 - A subcontratação e a cessão da posição contratual por parte do Cocontratante carecem de autorização, por escrito, do contraente público, nos termos do disposto no Código dos Contratos Públicos.

2 - Nos casos de subcontratação, o Cocontratante permanece integralmente responsável perante o Município de Lisboa pelo exato e pontual cumprimento de todas as obrigações contratuais, não implicando a transferência de responsabilidade para qualquer dos subcontratados.

3 - A cessão da posição contratual pelo Contraente Público, só poderá ser recusada, pelo Cocontratante, nos casos e nos termos estabelecidos no artigo 324.º, do CCP.

#### **Cláusula 25.ª Comunicações e notificações**

1 - Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes, aquelas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato, ou seja:

- a) Por correio eletrónico com aviso de entrega;
- b) Por carta registada com aviso de receção.



## **CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA**

**Direção Municipal de Higiene Urbana  
Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica**

2 – As partes devem identificar no contrato as informações de contato dos respetivos representantes, designadamente o endereço eletrónico, o número de telecópia e o endereço postal.

3 – Qualquer alteração das informações de contato constantes do contrato deve ser comunicada, por escrito, à outra parte com uma antecedência de 5 (cinco) dias.

### **Cláusula 26.ª**

#### **Contagem dos prazos**

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

### **Cláusula 27.ª**

#### **Legislação aplicável**

A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente Caderno de Encargos aplica-se o regime previsto no Código de Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de dezembro, na sua redação atual, com as alterações introduzidas pela Declaração de Retificação n.º 18-A/2008, de 28 de dezembro, Decreto-Lei n.º 278/2009, de 2 de dezembro, Lei n.º 3/2010, de 27 de dezembro e Decreto-Lei n.º 131/2010, de 14 de dezembro, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 149/2012 de 12 de Julho, pelo Decreto-Lei n.º 214-G/2015, de 2 de outubro e demais



## **CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA**

**Direção Municipal de Higiene Urbana  
Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica**

### **ANEXO I**

#### **Condições técnicas do fornecimento**

#### **AQUISIÇÃO E MONTAGEM DE DOIS SISTEMAS DE ARMAZENAMENTO AUTOMATIZADO VERTICAL**

A entidade adjudicante pretende deslocalizar o seu armazém de peças de pequeno porte (peças manutenção Auto) e criar um armazém de proximidade, baseado no princípio do "stock ao operador"

Deverão ser consideradas aproximadamente 7.000 referências de material diverso e até 100 movimentos por dia (entrada e saída), com utilização de 10 operadores, com uma necessidade de armazenamento total de cerca de 42m<sup>3</sup>.

O fornecimento é composto pela entrega e montagem de um sistema de armazenamento automatizado vertical com extração por prateleira e de um sistema de armazenamento rotativo vertical (carrossel) automatizado. Ambos os sistemas serão instalados em local identificado nas fotos infra. O local apresenta as dimensões identificadas nos desenhos infra, devendo o sistema de armazenamento automatizado vertical com extração por prateleira, abranger 2 pisos, e possuir 2 pontos de acesso (1 no piso 0 para saída de stock, outra no piso 1 para entrada de stock).

Estão incluídos neste fornecimento todos os trabalhos de construção civil, que se sejam necessários para a montagem e pleno funcionamento dos dois sistemas de armazenamento, como no caso do corte da laje em betão armado.

O corte a efectuar é entre vigas e em largura, em função das dimensões do equipamento apresentado. Deverá ser realizado com o mínimo de vibrações e emissão de pó, ser efectuado preferencialmente por meio de disco de corte diamantado. A demolição do material cortado deverá ser realizada preferencialmente por meio de robot demolidor ou pinça hidráulica, as proteções e escoramentos serão asseguradas pelo fornecedor.

Será necessário realizar e apresentar um cálculo de estabilidade e reforçar a laje remanescente, caso seja necessário. Inclui-se no fornecimento a remoção de escombros e material de embalagem, bem como todos os remates, nomeadamente no piso 1, com acabamento do corte e construção de murete envolvente conforme desenho com uma altura mínima de 20 cm. Deverá ainda ser considerado o fecho horizontal entre a folga do equipamento e do murete através de chapa metálica ou outra. Os meios de elevação e transporte são da responsabilidade do fornecedor.

O fornecimento e montagem dos dois sistemas de armazenamento automatizado vertical, deve obedecer às seguintes características técnicas.

#### **1. Equipamento automático de armazenamento vertical de extração de prateleira**

- a) É um equipamento de sistema modular, fechado, no qual são armazenadas prateleiras em toda a zona vertical, na parte dianteira e traseira do equipamento, possui na zona central: um dispositivo extractor, com sistema de deslocação vertical que recolhe as prateleiras nas suas posições de armazenamento e em função das solicitações recebidas as apresenta aos operadores nos postos de acesso, onde poderão colocar ou retirar material.
- b) Existirão duas aberturas de acesso (postos de trabalho), desencontradas, uma no piso 0 e outra no piso 1, que deverá permitir o trabalho em simultâneo nas duas aberturas.
- c) Será montado no piso 0 e chegará até ao piso 1.
- d) O equipamento deverá ser capaz de verificar automaticamente a altura de cada prateleira, e encontrar o local de armazenamento ideal, de forma a ocupar o menor espaço possível.
- e) Deverá possuir um sistema que permita disponibilizar rapidamente uma segunda prateleira enquanto o operador acede a outra. Significa que enquanto uma prateleira está a ser acedida é possível ter outra pronta para imediata disponibilização por troca com a que se encontrava no ponto de acesso.
- f) Quando uma prateleira estiver num dos pontos de acesso, o extractor deverá estar disponível para abastecer o outro ponto de acesso, permitindo um funcionamento completamente independente e simultâneo dos dois pontos de acesso.



## CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

### Direção Municipal de Higiene Urbana Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica

- g) Quantidade mínima de prateleiras 77
- h) Capacidade de carga das prateleiras 72 prateleiras superiores a 275 kgs; 5 Prateleiras superiores a 475 kgs
- i) Pé direito disponível 7.300 mm
- j) Largura externa máxima 4.270 mm
- k) Profundidade máxima, incluindo posto de acesso 4.000 mm
- l) Profundidade útil das prateleiras Entre 800 a 825 mm
- m) Largura útil das prateleiras Superior a 3.600 mm
- n) Cortina de segurança obrigatória para os dois pontos de acesso
- o) Pesagem automática da prateleira Sim
- p) Medição automática altura prateleira ao ser armazenada Sim
- q) Acesso protegido por password ou biométrico Sim
- r) Fotocélulas de segurança Sim
- s) Terminais de acesso 2
- t) Realização de testes Sim
- u) Fornecimento de caixas de cartão ou opcionalmente em plástico e divisórias, com várias medidas diferentes, para armazenamento e picking, em quantidade que esteja de acordo com o número de itens a arrumar nas prateleiras (cerca de 5.000 itens).

#### 2. Equipamento automático de armazenamento rotativo vertical

- a. É um sistema rotativo, automatizado, fechado, no qual as prateleiras, de movimento giratório deslocam-se num movimento vertical tipo carrossel.
- b. Capacidade de carga de cada prateleira simples 500 kgs
- c. Pé direito disponível 4.380 mm
- d. Largura externa máxima 3.400 mm
- e. Profundidade máxima, incluindo posto de acesso 2.050 mm
- f. Profundidade útil das prateleiras Superior a 600 mm
- g. Largura útil das prateleiras Entre 2.750 mm a 2.950 mm
- h. Altura prateleiras (passo): aprox. 370 mm
- i. 50% das prateleiras repartidas com um nível intermédio
- j. 50% das prateleiras repartidas com dois níveis intermédios,
- k. Porta de segurança para o ponto de acesso Sim
- l. Acesso protegido por password ou biométrico: Sim
- m. Fotocélulas de segurança: Sim
- n. Realização de testes: Sim
- o. Fornecimento de caixas de cartão ou opcionalmente em plástico e divisórias, com várias medidas diferentes, para armazenamento e picking, em quantidade que esteja de acordo com o número de itens a arrumar nas prateleiras (cerca de 2.000 itens).
- p. Terminais de acesso 1





## CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

Direção Municipal de Higiene Urbana  
Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica

### 3. Gestão dos equipamentos automáticos de armazenamento (controlo e software) e equipamentos informáticos

- a. Apoio a introdução inicial dos artigos através da colocação de uma equipa especializada nestas funções, durante um período mínimo de 5 dias, devendo garantir no mínimo 300 referências dos artigos previstos.
- b. Interface com sistema existente por tabela de dados, sem excluir possibilidade de alteração futura.
- c. Software de logística: capaz de efectuar a gestão de todos os artigos registados em ambos equipamentos.
- d. Mínimo 10 operadores
- e. Possibilidade de pesquisa dos materiais através de imagem (opcional)
- f. Controle de scanner (opcional)
- g. Pc's 2 - Com as seguintes características mínimas: Processador Intel Core i5 com 8 GB de RAM, disco de 500 GB ou de 1 TERA. Sistema operativo: Windows.7.
- h. Impressoras, com possibilidade de serem ligadas a rede interna da C. M. Lisboa, A4 laser 2
- i. Impressora de código de barras, com linguagem ZPL, área de impressão: 55mm x 25 mm. 1



**Câmara Municipal de Lisboa**  
**Direção Municipal de Higiene Urbana**  
Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica

DACM  
Prop.n.º 326/2016  
Fls. \_\_\_\_\_

Exma. Senhora  
Diretora do Departamento de Reparação e  
Manutenção Mecânica  
Dr.ª Filipa Penedos

Informação n.º  
INF/398/DMHU/DRMM/16

Data  
15-09-2016

**Assunto:** Abertura de procedimento por Concurso Público para Aquisição e montagem de dois sistemas de armazenamento automatizado vertical, até ao limite do montante máximo de 190.000,00 € (cento e noventa mil euros), IVA não incluído.

**Processo n.º 20468/CML/16**

**Despacho**

**Objeto:** Aquisição e montagem de dois sistemas de armazenamento automatizado vertical.

Considerando a necessidade de proceder ao desmantelamento dos armazéns do DRMM, na sequência das obras que vão ser efetuadas no edifício, com vista à transferência dos serviços do DHU da Boavista.

Considerando que não existe espaço alternativo com capacidade equivalente para colocar o atual armazém.

Considerando que com a referida transferência dos serviços e a respetiva reformulação dos espaços atualmente utilizados como armazém, efetuar-se-á uma redução deste de 500 m<sup>2</sup> para 50 m<sup>2</sup>.

Considerando que com a instalação dos dois equipamentos verticais de armazenamento permitir-se-á a redução para 10% do espaço atualmente ocupado com a arrumação de todo o material.

Considerando que com aquela redução da área de ocupação, permitir-se-á a deslocação do armazém para um local de maior proximidade da oficina, otimizando o serviço de requisição e entrega de material.

Considerando que se trata de um investimento de beneficiação, através do qual garantir-se-á uma melhor eficiência e uma melhoria na gestão dos recursos logísticos e humanos.

Assim, no contrato a celebrar, o serviço de montagem, assume um carácter acessório relativamente à disponibilização dos bens a fornecer, ou seja, os



**Câmara Municipal de Lisboa**  
**Direção Municipal de Higiene Urbana**  
Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica

equipamentos verticais de armazenamento, pelo que o referido contrato integra a exceção prevista na alínea a), do n.º 8, do artigo 35.º da Lei n.º 7-A/2016 de 30 de março, não carecendo, portanto, da aplicação de redução remuneratória ou de parecer prévio vinculativo.

Propõe-se a celebração de contrato de Aquisição e montagem de dois sistemas de armazenamento automatizado vertical, até ao limite do montante máximo de 190.000,00 € (cento e noventa mil euros), IVA não incluído, a celebrar de acordo com a alínea d) do n.º 2 do art.º 16.º do Código de Contratos Públicos (doravante CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro.

O preço base é de 190.000,00€ (cento e noventa mil euros), o qual foi obtido através da análise e consulta de valores praticados no mercado.

O preço contratual, que coincide com o preço base, é de 190.000,00€ (cento e noventa mil euros), acrescido do IVA à taxa legal de 23%, no montante de 43.700,00€ (quarenta e três mil e setecentos euros), totalizando 233.700,00 € (duzentos e trinta e três mil e setecentos euros).

Nos termos da alínea d) do ponto 2.3.4.2 do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), a despesa constituirá um encargo para o seguinte ano económico:

Ano	Valor s/ IVA (€)	IVA (€)	Valor c/ IVA (€)
2017	190.000,00	43.700,00	233.700,00

A despesa irá integrar a rubrica orçamental 07.01.10.01 da A.P. A2.P008.01 (código 40717), da orgânica L17.02 e cumpre com o disposto na Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso – Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, alterada pela Lei n.º 20/2012, de 14 de maio, pela Lei n.º 64/2012, de 20 de dezembro, pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro e pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março.

Código do CPV: 39173000-5 - Unidades de armazenagem

Para os efeitos previstos no art.º 38.º do CCP, propõe-se, face ao valor estimado e de acordo com a alínea b) do n.º 1 do art.º 16.º, conjugado com a alínea b) do n.º 1 do art.º 20.º, todos do mesmo diploma, a realização de "Concurso Público".

A adjudicação será feita segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa, de acordo com o Anexo IV do Programa do Procedimento.

A competência para a decisão de contratar, escolha do procedimento, aprovação das respetivas peças, bem como autorizar a despesa inerente ao



**Câmara Municipal de Lisboa**  
**Direção Municipal de Higiene Urbana**  
Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica

contrato a celebrar, cabe ao Exmo. Senhor Vereador Dr. José Duarte Cordeiro, no uso das competências delegadas pelo Exmo. Sr. Presidente da Câmara, nos termos da alínea a) do n.º 2 do ponto II do Despacho n.º 42/P/2015, publicado no 4.º Suplemento ao Boletim Municipal n.º 1110, de 28 de maio, com as alterações do Despacho n.º 142/P/2015, publicado no 2.º Suplemento ao Boletim Municipal n.º 1139, de 17 de dezembro, conjugado com o disposto no art.º 29º, n.º 2, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho e nos art.º 36.º, n.º 1 e 38.º, ambos do CCP.

A competência para autorizar a repartição do encargo e a assunção do compromisso para o ano económico de 2017, é da Assembleia Municipal nos termos dos n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho conjugados com a alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro.

**Em face do exposto, submete-se à consideração superior, o seguinte:**

- a) Aprovação da proposta da decisão de contratar e escolha do procedimento por Concurso Público, nos termos conjugados da alínea b) do n.º 1 do art.º 16.º e da alínea b) do n.º 1 do art.º 20.º, ambos do CCP.
- b) Aprovação, ao abrigo do n.º 1, alínea b) e n.º 2 do art.º 40.º do CCP, das peças do procedimento – Programa do Procedimento, Caderno de Encargos e respetivos anexos.
- c) Designação dos elementos que compõem o júri, a quem compete a condução do procedimento, nos seguintes termos e de acordo com o disposto no n.º 1 do art.º 67.º do referido diploma legal:

**Membros efetivos:**

Presidente: Daniel Oliveira, Técnico Superior (DMHU/DRMM/DMF);  
1.º Vogal Efetivo: Nuno Rodrigues, Técnico Superior (DMHU/DRMM/NAJ);  
2.ª Vogal Efetiva: Fátima Maria Fernandes Barreto Técnica Superior (DMF/DA/CCM);

**Membros suplentes:**

1.º Vogal Suplente: Victor Nascimento, Técnico Superior (DMHU/DRMM/NAD);  
2.º Vogal Suplente: José Calvo, Técnico Superior (DMHU/DRMM/DMF);  
3.ª Vogal Suplente: Ana Isabel Sá Pereira, Técnica Superior (DMF/DA/CCM);  
4.ª Vogal Suplente: Paula Cristina Nobre Leitão, Técnica Superior (DMF/DA/CCM);



**Câmara Municipal de Lisboa**  
**Direção Municipal de Higiene Urbana**  
Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica

O 1.º Vogal Efetivo substituirá o Presidente nas suas faltas e impedimentos.

- d) Designação como Responsáveis do Procedimento, para efeitos de condução do procedimento na plataforma eletrónica de contratação pública “acinGov” e para cumprimento do exigido, entre outros nos art.º 53.º n.º 7, 54.º, 60.º e 61.º n.º 1 da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, a Técnica Superior Sónia Cotrim e como sua suplente a Técnica Superior Filomena Pedro, ambas, da Direção Municipal de Higiene Urbana/Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica.
- e) Delegação nos termos conjugados do n.º 1 do art.º 109.º e do art.º 69.º, n.º 2, do CCP, no Júri do procedimento das competências seguintes:
  - i. Prestar esclarecimentos;
  - ii. Prorrogar o prazo fixado para apresentação das propostas;
  - iii. Proceder à audiência prévia dos concorrentes, nos termos do disposto no art.º 147.º, conjugado com o n.º 1 do art.º 123.º do já referido diploma legal.
- f) Autorização para a realização da despesa inerente ao contrato a celebrar, no montante de 190.000,00€ (cento e noventa mil euros), acrescido de IVA à taxa legal de 23%, nos termos anteriormente explicitados.
- g) Autorização para a repartição do encargo e assunção de compromisso para o ano económico de 2017, cuja competência é da Assembleia Municipal nos termos dos n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho conjugados com a alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro.
- h) Autorização para o envio do presente processo à Central de Compras Municipal, do Departamento de Aprovisionamentos, da Direção Municipal de Finanças.

O Chefe da Divisão de Manutenção de Frota

André Augusto Gomes

A presente informação encontra-se em conformidade com o CCP e Despachos internos em vigor.

O Jurista do Procedimento

Nuno Rodrigues



C Â M A R A   M U N I C I P A L   D E   L I S B O A

**ATA EM MINUTA**

Nos termos e para os efeitos do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, bem como do disposto no artigo 19.º, n.º 2, do Regimento da Câmara Municipal de Lisboa, foram aprovados na Reunião de Câmara de 13 de outubro de 2016, as atas, os votos de pesar e as propostas a seguir discriminadas, constituindo o presente documento e os originais dos referidos documentos, a ata em minuta:

Apreciação e aprovação das atas n.ºs 126 e 127 das reuniões de Câmara de 27 de julho e 07 de setembro de 2016

**(Aprovadas por unanimidade)**

**Voto de Pesar n.º 26/2016      (Subscrito pelo Sr. Vereador Duarte Cordeiro**

Aprovar o voto de pesar pelo falecimento de Shimon Peres, nos termos do voto;

**(Aprovado por unanimidade)**

**Voto de Pesar n.º 27/2016      (Subscrito pelo Sr. Vereador Jorge Máximo)**

Aprovar o voto de pesar pelo falecimento de Mário Wilson, nos termos do voto;

**(Aprovado por unanimidade)**

**Proposta n.º 510/2016      (Subscrita pelo Sr. Vereador João Paulo Saraiva)**

Aprovar a 20.ª Alteração Orçamental, nos termos da proposta;

Aprovada por maioria com a seguinte votação:	A favor	Contra	Abstenções
	10 (7PS e 3Ind.)	1 (CDS/PP)	5 (3PPD/PSD e 2PCP)



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

**Proposta n.º 524/2016**

**(Subscrita pelo Sr. Vereador Duarte Cordeiro)**

Aprovar submeter à Assembleia Municipal a autorização para repartição do encargo para o ano económico de 2017, e a emissão de autorização prévia para assunção de compromisso para o mesmo ano, no âmbito da abertura do procedimento por Concurso Público, para “Aquisição de 40 (quarenta) motociclos para a Polícia Municipal de Lisboa” (Proc. 21803/CML/16), nos termos da proposta;

**(Aprovada por unanimidade)**

**Proposta n.º 525/2016**

**(Subscrita pelo Sr. Vereador Duarte Cordeiro)**

Deliberar autorizar contratar, autorizar a despesa e submeter à Assembleia Municipal para autorização da repartição do encargo para o ano económico de 2017 e emissão de autorização prévia para a assunção de compromisso para o mesmo ano, no âmbito da abertura do procedimento por Concurso Público, com publicação no Jornal Oficial da União Europeia, para “Aquisição de veículos automóveis ligeiros, por Lotes, para a Polícia Municipal” (Proc. 23184/CML/16), nos termos da proposta;

**(Aprovada por unanimidade)**

**Proposta n.º 526/2016**

**(Subscrita pelo Sr. Vereador Duarte Cordeiro)**

Aprovar submeter à Assembleia Municipal a autorização para repartição do encargo para o ano económico de 2017, e a emissão de autorização prévia para assunção de compromisso para o mesmo ano, no âmbito da abertura do procedimento por Concurso Público, para “aquisição e montagem de dois sistemas de armazenamento automatizado vertical” (Proc. 20468/CML/16), nos termos da proposta;

Aprovada por maioria com a seguinte votação:	A favor	Contra	Abstenções
	13 (7PS, 2Ind., 3PPD/PSD e 1CDS/PP)	2 (PCP)	---



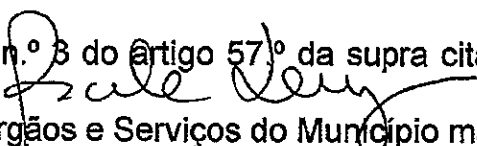
C Â M A R A   M U N I C I P A L   D E   L I S B O A

**(Aprovada por unanimidade)**

**Proposta n.º 551/2016                      (Subscrita pelo Sr. Vereador João Afonso)**

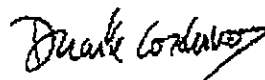
Aprovar a atribuição de apoio financeiro ao Centro de Apoio aos Sem-Abrigo, no âmbito do procedimento concursal relativo ao projeto do Núcleo de Apoio Local de Arroios para pessoas em situação de sem-abrigo, nos termos da proposta;

**(Aprovada por unanimidade)**

Nos termos do n.º 3 do artigo 57.º da supra citada Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro eu,  Diretora do Departamento de Apoio aos Órgãos e Serviços do Município mandei lavrar.

Paços do Concelho, 13 de outubro de 2016

O Vice-Presidente



Duarte Cordeiro



PROPOSTA N.º 526/2016 - APROVAR SUBMETER À ASSEMBLEIA MUNICIPAL A AUTORIZAÇÃO PARA REPARTIÇÃO DO ENCARGO PARA O ANO ECONÓMICO DE 2017, E A EMISSÃO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSO PARA O MESMO ANO, NO ÂMBITO DA ABERTURA DO PROCEDIMENTO POR CONCURSO PÚBLICO, PARA “AQUISIÇÃO E MONTAGEM DE DOIS SISTEMAS DE ARMAZENAMENTO AUTOMATIZADO VERTICAL” (PROC. 20468/CML/16), NOS TERMOS DA PROPOSTA;

**O Sr. Presidente em exercício:** - Pergunto se algum dos seus jogadores deseja usar da palavra em relação à proposta 526.

Sr. Vereador João Ferreira.

**O Sr. Vereador João Ferreira:** - Obrigado Sr. Presidente em exercício.

Nós queríamos saber se está previsto ou se a Câmara pensa dar, a atual maioria pensa dar alguma explicação sobre aquilo que pretende, que perspectiva para o futuro das instalações da Boavista. Enfim, nós sabemos que andam por aí até em feiras imobiliárias, maquetes e projetos diversos, mas talvez fosse importante, útil e oportuno que pudesse ser feita aqui uma apresentação sobre as intenções da atual maioria relativamente ao futuro daquelas instalações.

Seguramente que esta proposta estará relacionada com isto, mas, até por isso, no momento em que apreciamos e votamos essa proposta não poderíamos deixar de solicitar esta informação mais geral sobre aquilo que se pretende para o futuro daquelas instalações municipais.

**O Sr. Presidente em exercício:** - Muito obrigado Sr. Vereador.

Não tem necessariamente a ver com isso, porque nós somos favoráveis à centralização da operação, das operações de Higiene Urbana e, nomeadamente da ligação dessa centralização com aquilo que são as oficinas e, portanto, eu diria que, independentemente da sua pergunta faria sempre sentido esta movimentação, e em concreto este investimento que, no fundo, vem otimizar o espaço futuro para áreas de armazém. Na prática o que nós estamos aqui a tentar, utilizar a tecnologia para poder aproveitar ao máximo o espaço existente e, portanto, eu diria que esta questão aconteceria sempre. Ou seja, na perspectiva da centralização, nós teríamos sempre tentar maximizar os espaços existentes, mas não obstante a sua questão em concreto,

independentemente ....(imperceptível) não sei se o Sr. Vereador Manuel Salgado quer responder em concreto à sua pergunta.

**O Sr. Vereador Manuel Salgado:** - Muito obrigado Sr. Presidente. Eu fico um pouco surpreendido com a pergunta do Vereador do PCP, porque há um Plano de Pormenor que está aprovado e, que prevê a desativação completa das instalações da Boavista, com um programa misto de habitação, comércio e serviços.

**O Sr. Presidente em exercício:** - Eu não sei se o Sr. Vereador João Paulo Saraiva também quer, sobre esta matéria, responder, aproveitar também para fazer a questão em concreto desta matéria da centralização dos serviços em três edifícios em concreto.

**O Sr. Vereador João Paulo Saraiva:** - Bem, reiterar só aquilo que o Sr. Vice-Presidente disse. Bom dia a todos, peço desculpa. Que está em curso o processo de mudança de instalações de um conjunto de serviços da área conhecida por Boavista e para os Olivais. E nesse processo que vai estar terminado dentro de alguns dias, terminada a primeira fase, ele vem dar corpo àquilo que é a centralização nos três polos referidos pelo Sr. Vice-Presidente. E esta é a aquisição de equipamentos que se faria de qualquer forma no sentido que o Sr. Vice-Presidente também referiu, de modernização dos nossos serviços e das nossas áreas de armazenagem, mas está evidentemente englobado nesse projeto mais vasto de centralização, e basicamente sobre esta matéria é isso. Brevemente daremos conta da forma como o processo está a decorrer, o processo que está a ser muito participado pelos dirigentes, pelos sindicatos, e pelos trabalhadores em concreto, e está a decorrer com toda a normalidade; já alguns serviços foram transferidos e instalados, e os restantes, nomeadamente a Secção de Contabilidade da Higiene Urbana se seguirá para os Olivais nos próximos dias e, portanto, é este o ponto de situação sobre esta matéria, e o interesse desta proposta, evidentemente que ultrapassa esta questão da mudança de instalações, mas se faz parte dela. Muito obrigado.

**O Sr. Presidente em exercício:** - Muito obrigado, vamos proceder, Sr. Vereador João Ferreira.

**O Sr. Vereador João Ferreira:** - Muito obrigado Sr. Presidente de fato, faz parte dela. A pergunta que fazia tinha, comportava naturalmente uma dimensão que é conhecida, e de que o Vereador Manuel Salgado aqui deu conta, mas também pressupunha uma informação relativamente ao calendário de tudo isto. Nomeadamente no que se refere à desativação completa daquele espaço onde se havia alguma, a perspetiva pressupunha também essa dimensão temporal, digamos assim, sobre a qual gostaríamos de ser informados, caso a mesma exista. Neste caso concreto, já agora, queria só saber também de que material estamos a falar, percebi que terá que ver com a higiene e limpeza, mas já agora de que material estamos a falar, e onde é que este equipamento será instalado nos Olivais, exatamente.

Muito obrigado.

**O Sr. Presidente em exercício:** - Sr. Vereador dê-me só um segundo para eu procurar a informação concreta que me está a perguntar na proposta, não sei se, têm a resposta...

(Diálogos fora do microfone)

**O Sr. Vereador João Ferreira:** - Sr. Vereador então a primeira fase, como eu disse está em processo, está no momento da sua conclusão, e ficam ainda nas instalações da Boavista um posto de limpeza, a área da casa dos animais, portanto toda a equipa que trabalha essas questões, e o refeitório que serve esta zona da Baixa, e aquele grupo de trabalhadores que, não só esse, porque depois há um conjunto que converge para ali. E, portanto, quando estiverem, a nossa expectativa é que encontraremos mais rápida, estamos em processo de encontrar a solução, digamos, consensualizar a solução, para a equipa da casa dos animais, e a equipa do posto de limpeza terá as suas instalações definitivas naquele polo que está no início da Rua D. Luís, salvo erro, onde será construído um novo posto de limpeza, uma biblioteca, e um quartel de Bombeiros e, portanto, é nesse contexto. O posto de limpeza avançará mais rapidamente, portanto estamos, e essa, não, não, será nesse mesmo polo, e esse processo está a ser desenvolvido e, portanto, ainda não temos um calendário completamente fechado, mas a segunda fase será essa.

**O Sr. Presidente em exercício:** - Sr. Vereador, terei cometido aqui um erro na avaliação disto. Na prática nós estamos a ter, e depois as suas perguntas também me levaram também para, reforçaram esse erro da minha apreciação.

Na realidade o que é que se trata? Estamos a falar sempre do espaço dos Olivais, estamos a falar dum armazém superior nos Olivais, que vai para o piso zero e, portanto, vai ser otimizado, e vai estar mais próximo, estamos a falar de materiais ligados à mecânica, metais; vai estar mais próximo das próprias oficinas, vão é libertar o armazém superior para a instalação do, no fundo, dos funcionários que vêm do polo da Boavista. Na realidade toda esta operação desta alteração, do ponto de vista da organização de armazéns acontece no polo dos Olivais, um armazém que passa dum piso superior, para um piso inferior, ganha até acessibilidade do ponto de vista da utilização das peças, ganha otimização em termos de espaço, porque utiliza muito menos espaço, tem o condão de libertar esse anterior armazém para ser instalados escritórios, no fundo, espaços de trabalho, é isto. Está bem?

Vamos então votar o ponto 18, Proposta, 526.

Pergunto aos Srs. Vereadores quem vota contra? Quem se abstém? Foi aprovado com o voto contra do PCP e o voto favorável dos restantes eleitos.

O Sr. Presidente em exercício pôs à votação a Proposta n.º 526/2016 a qual foi aprovada com 13 votos a favor (7PS, 2Ind., 3PPD/PSD e 1CDS/PP), e 2 votos contra (2 PCP).

Os Srs. Vereadores do PCP apresentaram Declaração de voto.